

A SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: PERSPETIVAS DA ALSÁCIA-LORENA PARA A ILHA DE CHIPRE

RAHMAN DAG

rdag@adiyaman.edu.tr

Doutoramento em Filosofia, Universidade de Exeter, Mestrado em Artes na School of Orient and African Studies, Curso de Inglês Académico Eurocenters em Londres. Professor assistente na Universidade de Adiyaman, Departamento de Gestão Pública (Turquia). Chefe de redação do The Rest Journal: Política de Política e Desenvolvimento (Journal of Global Analysis). Diretor do Gabinete Turco da Cesran.

MEHMET FERHAT FIRAT

mehmetfirat@adiyaman.edu.tr

Adiyaman Üniversitesi (Turquia). Doutorando em Relações Internacionais, Universidade Kadir Has. Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Macquarie, Sydney. B.A., Administração Pública, Universidade de Selcuk.

Resumo

Os recursos energéticos, desde a revolução industrial, têm sido primordiais tanto para os países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos. Assim, a necessidade urgente e o controlo dos recursos energéticos, de forma a ter uma vantagem contra as rivalidades, tornaram-se uma parte significativa da segurança nacional. Do final do século XVIII ao início do século XX, o carvão e a gasolina foram importantes recursos energéticos para tornar as máquinas operacionais, mas têm sido gradualmente substituídos pelos combustíveis fósseis, petróleo e gás. Enquanto a transformação está a acontecer, a dependência dos recursos energéticos nos campos que vão desde o aquecimento doméstico até aos combustíveis a jato aumentou drasticamente. Ter recursos energéticos adequados, neste sentido, proporciona vantagens estratégicas industriais e económicas a um país, pelo que as lutas militares ou políticas sobre os recursos energéticos têm sido uma questão saliente nas relações internacionais. Este documento procura examinar a luta pelos recursos energéticos à luz do caso Alsácia-Lorena e comparar os resultados com o caso de Chipre. Ao fazê-lo, os estudos de securitização facilitam a fundamentação teórica sobre a forma como os recursos energéticos são securitizados, o que leva um país a tomar precauções extremas, incluindo conflitos armados, e sobre a forma como os recursos energéticos são dessecuritizados, o que leva a mudanças nas políticas externas de conflito para cooperação.

Palavras-chave

Securitização, Dessecuritização, Recursos Energéticos, Alsácia-Lorena, Questão de Chipre, Alemanha-França, Turquia-Grécia

Como citar este artigo

Dag, Rahman; Firat, Mehmet Ferhat (2020). "A securitização e dessecuritização dos recursos energéticos: Perspetivas da Alsácia-Lorena para a Ilha de Chipre". In Janus.net, *e-journal of international relations*. Vol. 11, Nº 2 Consultado [online] em data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.11.2.1>

Artigo recebido em Novembro 17, 2019 e aceite para publicação em Setembro 3, 2020





A SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: PERSPETIVAS DA ALSÁCIA-LORENA PARA A ILHA DE CHIPRE¹

RAHMAN DAG

MEHMET FERHAT FIRAT

Introdução

O aumento da procura de energia e a diversificação das fontes de energia fizeram com que o gás natural ganhasse importância e prioridade nas últimas décadas. As recentes descobertas de uma quantidade significativa de gás natural no Mediterrâneo Oriental diversificaram as opções dos países de origem no mercado internacional do gás; três grandes campos foram descobertos por Israel e Chipre offshore entre 2009 e 2011. Estes desenvolvimentos recentes suscitaram discussões sobre a relação entre a geopolítica regional e a energia. Muitos analistas expressaram a esperança de que o Mediterrâneo Oriental se possa tornar uma região exportadora de gás (Christou & Adamides, 2016). Além disso, esta fonte de gás recentemente descoberta poderia abrir o caminho para uma nova era de cooperação que tem potencial para resolver conflitos na região. Contudo, a história mostra que os desacordos sobre a partilha de recursos energéticos são mais propensos ao conflito. Os desacordos sobre a Alsácia-Lorena podem ser tomados como um exemplo flagrante. Embora existissem inúmeras razões para colocar o mundo à beira da Segunda Guerra Mundial, os desacordos entre a Alemanha e a França sobre a partilha de recursos energéticos na região trouxeram uma dimensão global ao conflito (Garloch, 1946: 268). As condições políticas e militares do pós-guerra obrigaram as rivalidades históricas, alemãs e francesas, a cooperar em termos de partilha de recursos energéticos, especialmente na Alsácia-Lorena. É um facto que os recursos energéticos em Chipre e no Mediterrâneo Oriental têm o mesmo potencial tanto de conflito como de cooperação. Portanto, uma comparação entre a Ilha de Chipre e as regiões da Alsácia-Lorena pode ser um exemplo importante para a análise do conflito e do potencial de cooperação dos recursos energéticos.

Um quadro analítico das bases do documento sobre a securitização dos recursos energéticos na Alsácia-Lorena durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e a dessecuritização dos recursos energéticos após a Segunda Guerra Mundial. No caso da questão cipriota, este documento argumenta que a securitização dos recursos energéticos está agora a tornar-se mais forte e sugere que as semelhanças entre a questão da Alsácia-Lorena e a questão cipriota podem ser tomadas como lições antes da

¹ Artigo traduzido por Cláudia Tavares.



securitização dos recursos energéticos conduzir ao conflito. Para tal, o processo de dessecuritização do caso Alsácia-Lorena entre a Alemanha e a França após a Segunda Guerra Mundial deveria ser examinado.

Um argumento de tal envergadura tem de ser tratado com eloquência devido aos atuais diferendos no Mar Mediterrâneo Oriental estarem a tornar-se furiosos. A fim de subsidiar o potencial dos recursos energéticos que trazem conflitos (securitização) ou cooperação (dessecuritização) na região do SME, as semelhanças entre a Alsácia-Lorena e Chipre têm de ser apresentadas. Estes dois casos devem ser comparados a fim de aumentar a robustez do argumento principal.

Seguindo uma secção do documento, explica-se porque é que estes dois casos são comparáveis. A secção seguinte fornece um quadro teórico para compreender como os recursos energéticos poderiam conduzir a conflitos e depois à cooperação na Alsácia-Lorena. Logo a seguir, o documento descreve o caso da questão cipriota sobre a qual o processo de securitização está em funcionamento. Na secção final, o processo de dessecuritização da região da Alsácia-Lorena é tomado como base para a questão cipriota.

O que torna a Alsácia-Lorena e a Questão de Chipre comparável?

A região da Alsácia Lorena, que possui minas de carvão e minérios de ferro, teve um lugar estratégico durante ambas as Guerras Mundiais. Isto porque no início do século XX o carvão e o ferro eram importantes fontes de energia que eram utilizadas na vasta gama de setores, incluindo a indústria bélica. Por outro lado, as reservas de hidrocarbonetos recentemente descobertas pelo offshore de Chipre fizeram da ilha o centro do conflito energético entre os Estados garantes: a Turquia e a Grécia. A analogia entre as questões Alsácia-Lorena e Chipre permite-nos analisar o conflito e o potencial de cooperação das fontes de energia. Será um argumento ousado que a questão da Alsácia-Lorena e a questão de Chipre são de análise semelhante, pelo que as causas e os resultados de ambos os casos seriam semelhantes. Para não cair sob um fardo tão grande, é melhor enumerar as semelhanças entre os dois casos. Desta forma, analisar o caso Alsácia-Lorena com a teoria da securitização faria muito mais sentido. As semelhanças serão categorizadas em três subtítulos: antecedentes históricos de permanência entre dois atores principais, argumentos étnicos, linguísticos e culturais dos atores que reivindicam a soberania sobre as regiões, e que possuem recursos naturais ricos.

Antecedentes históricos: Mudança de Soberania entre Dois Atores Principais ao Longo dos Anos

A região da Alsácia-Lorena, anexada à França em 1648 pelo Tratado de Vestefália, foi posteriormente anexada pela Alemanha em 1871 no final da Guerra Franco-Prussiana e regressou a França após a Primeira Guerra Mundial, graças ao Tratado de Versalhes. Excluindo a anexação de facto de 1940-45, tinha sido mais uma vez território francês (Glenn, 1974). Por outro lado, a Ilha de Chipre foi conquistada pelos otomanos no século XVI e tornou-se um centro do comércio marítimo. Esteve sob o domínio otomano durante quase quatro séculos, e os residentes turcos estabeleceram-se ali e viveram juntos com



os cipriotas nativos. O Império Britânico assumiu a soberania no século XIX. Após a decadência do Império Otomano, a ilha permaneceu sob o domínio do Império Britânico como um mandato. Com a anexação da ilha pelo Império Britânico, o "Conflito de Chipre" foi identificado como o conflito entre o povo de Chipre e a Grã-Bretanha relativamente à exigência de autodeterminação dos cipriotas. Várias campanhas contra a Grã-Bretanha foram organizadas pela EOKA (Ethniki Organosis Kypriou Agoniston). Em 1950, como resultado da propaganda da Grécia, o cipriota grego foi a um referendo no qual cerca de 97% da população votou a favor da "enose" (União com a Grécia) (Yalçın, 2018). O resultado do referendo foi utilizado pela Grécia para obter apoio internacional para a unificação. A Grécia utilizou os resultados do referendo (cerca de 97% dos votos a favor de ENOSIS) para obter apoio internacional para a unificação. Para que a propaganda internacional começasse a funcionar, a Turquia decidiu apoiar a reivindicação dos cipriotas turcos de Taksim (divisão da ilha entre gregos e turcos). Enquanto os gregos em Chipre liderados pelo EOKA atacavam a presença britânica, começaram a organizar ataques contra os cipriotas turcos. Sobre estes acontecimentos, a disputa cipriota passou de uma disputa colonial para uma disputa étnica entre os turcos e os ilhéus gregos (Erkem, 2016).

O processo de descolonização mudou a soberania da região, e a ilha tornou-se um país independente com o acordo entre o Reino Unido, a Turquia e a Grécia, que ainda atuam como Estados garantes (Karakasis, 2017: 8). Para a Turquia, a importância de Chipre aumentou durante a Guerra Fria devido à sua localização geográfica ao longo das rotas energéticas. Além disso, a recente descoberta de recursos de hidrocarbonetos ao largo da costa sul de Chipre aumentou a importância estratégica da ilha para a Turquia e outras partes (Soysal, 2004). Ambas as regiões têm estado no centro de disputas políticas e económicas entre os atores que têm interesses nacionais sobre as regiões. Enquanto a Alemanha e a França reivindicavam a sua soberania sobre a Alsácia-Lorena, a Turquia e a Grécia são agora os principais atores sobre a questão de Chipre.

Ambos os territórios têm vindo historicamente a mudar de mãos entre dois grandes atores. Por conseguinte, sempre que o controlo da região mudou, o partido derrotado articulou argumentos linguísticos, culturais e étnicos nos seus esforços para a retomar.

Argumentos étnicos, linguísticos e culturais dos Atores de ambas as regiões.

A fronteira entre a França e a Alemanha foi contestada desde a Idade Média até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Grande parte desta contestação envolveu a região da Alsácia-Lorena que se situa no lado francês do rio Reno e se estende para noroeste até à fronteira entre a França e o Luxemburgo. A sua população está dividida entre os falantes de francês e alemão. A Alsácia e a Lorena foram sujeitas a tentativas de assimilação mais intrusivas, primeiro pelos governos centrais alemão e depois francês. Levou até aos anos 50 para que as tensões se acalmassem. Com o regresso da região a França, o uso de dialetos alemães foi suprimido e as pessoas foram mandatadas para o uso do francês nas escolas e para as empresas governamentais (Glenn, 1974). Neste ponto, é necessário considerar as abordagens distintas do conceito de nação pela Alemanha e França. É por isso que as diferenças de perceção do conceito de nação revelam a forma como ambos os atores associam as suas relações à região e às pessoas que ali vivem. Como exemplo inicial de nacionalismo na Europa, a França enveredou pelo



caminho de um nacionalismo centrado no Estado e territorial que inclui a assimilação de pessoas que vivem na terra sob a autoridade francesa ou que afirmam estar sob a autoridade francesa. Em contrapartida, a Alemanha concentra-se sobretudo na compreensão etnocultural, na qual a origem linguística e étnica são determinantes fundamentais (Brubaker, 2010). Como resultado, a França tentou reformular a mente das pessoas que vivem na Alsácia-Lorena pelo facto de serem francesas e os alemães enfatizaram as pessoas de língua alemã na região.

Para Chipre, como uma ilha dividida em duas partes desde 1974, à semelhança da Alsácia-Lorena, há muito que é vista em grande parte através do prisma das duas comunidades étnicas, grega e turca. Com o processo de descolonização, a criação da República de Chipre e a aquisição da independência da Grã-Bretanha não estabeleceu a paz e a estabilidade, mas, em vez disso, o conflito escalou, e os atos de violência nos anos 60 puseram fim ao recém-formado Estado bicomunitário. As principais questões da disputa foram: a organização do exército, contratos públicos proporcionais, lei fiscal, e municípios separados (Erkem, 2016). O surgimento do Estado-nação grego e depois turco e também o processo de modernização tiveram um grande impacto nas sociedades muçulmanas e cristãs tradicionalmente coexistentes. É agora uma realidade política que a era da modernidade e do nacionalismo em Chipre transformou comunidades tradicionais pré-modernas em duas comunidades políticas separadas (Kızılyürek, 2002: 223). A autoridade da República de Chipre estende-se sobre a parte grega no sul, enquanto a República Turca do Norte de Chipre governa sobre a parte turca no norte, que é constituída por 36,2% da ilha. Como Estados garantes, a Grécia e a Turquia, os seus laços étnicos, linguísticos, culturais e por vezes religiosos, foram instrumentalizados para reivindicar os seus limites históricos, o que serve os seus interesses.

Capacidade das Regiões em Recursos Naturais Ricos

A região da Alsácia-Lorena foi um ponto de interceção entre a França e a Alemanha e é, consequentemente, de grande importância estratégica; foi também importante devido aos seus valiosos recursos. A região possuía florestas importantes e minerais valiosos. Os depósitos de sal tinham sido extraídos desde os tempos antigos e, entre duas guerras, foi a base para a importante indústria química. A região da Alsácia-Lorena continha 46 por cento das valiosas reservas de minério de ferro da Europa. O carvão e o aço tinham proporcionado tanto capacidade militar para ocupação, como uma causa para a aquisição territorial alemã e francesa. A Alsácia-Lorena e o seu depósito de carvão e minério de ferro mudaram de mãos entre a França e a Alemanha em 1871, 1918, 1940 e 1945. Os depósitos de ferro da Alsácia-Lorena foram os segundos maiores depósitos descobertos no mundo em 1918. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha tinha 2,800 milhões de toneladas de minério de ferro. Só a Lorena foi responsável por 2.000 milhões dessas toneladas. Após o processo de desfosforização ter sido descoberto antes da Primeira Guerra Mundial, o valor destes depósitos de minério tornou-se abundantemente claro tanto para a Alemanha como para a França. Para a bacia do Reno, onde se situavam a Alsácia, a Lorena e o Sarre alemão, existiam depósitos de ferro e carvão que constituíam recursos estratégicos críticos para a indústria na era industrial (pois eram as exigências básicas da produção de aço). Ainda hoje, a Alsácia e a Lorena estão entre as regiões



mais ricas de França, não sendo uma pequena parte devido às indústrias siderúrgica e automóvel envolvidas nesta área².

Em redor das minas cresceram importantes centros industriais especializados na produção de ferro e aço bruto. Outra riqueza mineral da região é constituída por minas de potássio e minas de carvão. Especialmente as minas de potássio foram os segundos maiores depósitos deste mineral no mundo (Garloch, 1946). A exploração do petróleo à escala comercial começou na Alsácia, o que levou a indústrias modernas em grande escala na região.

A recente descoberta de gás natural ao largo da costa sul de Chipre veio acrescentar uma nova dimensão aos debates sobre o "valor" do país. De acordo com as descobertas preliminares, a quantidade de gás natural encontrada no poço Glaucus-1 (10º bloco de Chipre) está estimada entre 5 triliões e 8 triliões de metros cúbicos, o que significa que poderia satisfazer as necessidades energéticas da ilha durante até 200 anos. A descoberta é a maior quantidade alguma vez encontrada na Zona Económica Exclusiva reivindicada por Chipre. As descobertas têm atraído o interesse dos países europeus e da Turquia, bem como das empresas energéticas, que procuram alternativas de abastecimento fora da Rússia (Özekin, 2020). Por conseguinte, a importância geopolítica e económica de Chipre muda radicalmente e isto tem inevitavelmente impacto no conflito, bem como nos termos da sua resolução; pode aprofundar a divisão, ou pode tornar-se um fator impulsionador da cooperação. Pode afirmar-se que o significado estratégico de Chipre é redefinido em diferentes períodos históricos.

Resumindo, o ponto inicial do artigo começa com a experiência histórica que ambas as regiões viveram. Têm estado sob a soberania de diferentes atores ao longo do tempo, e, ao trocarem entre si, estas regiões têm estado sob um domínio político, social e cultural diferente. Este intercâmbio de soberanias revelou-se primordial devido aos recursos naturais que tinham/têm. Por exemplo, no início do século XX, devido às minas de carvão estrategicamente importantes que a Alsácia-Lorena continha, a região tinha sido uma zona problemática que desencadeou conflitos entre os dois países vizinhos: a França e a Alemanha. Por outro lado, nos primeiros anos do século XXI, Chipre tem potencial para ser a Alsácia-Lorena da Turquia e da Grécia na região do Mediterrâneo Oriental, devido à recente descoberta de reservas de hidrocarbonetos. Estas duas semelhanças críticas autorrefletem outro ponto que é que estas regiões são direta ou indiretamente reivindicadas pelos dois principais atores que lutam para partilhar os recursos naturais que tinham/têm. A semelhança de ser comprimido entre os dois atores principais leva também a um outro. Os principais atores (França e Alemanha sobre a Alsácia-Lorena e Grécia e Turquia sobre Chipre) fundamentam as suas reivindicações sobre argumentos étnicos, linguísticos e culturais que tinham/estabeleceram ao longo dos séculos.

Em geral, a região da Alsácia-Lorena e a Ilha de Chipre refletem bastante semelhanças, o que se pode afirmar que podem ser comparadas em termos de capacidades energéticas. A região da Alsácia-Lorena mudou o curso dos acontecimentos na altura e a questão cipriota pode mudar agora. Para ver isso, a importância da Alsácia-Lorena durante as duas guerras mundiais como questões conflituosas sobre os recursos

² https://www.cvce.eu/en/recherche/unit-content/-/unit/5cc6b004-33b7-4e44-b6db-f5f9e6c01023/ee53b53d-cdfa-4b9f-a760-6339c851af9d/Resources#d27b6708-a15d-448a-891b-1158baf023a_en&overlay.



energéticos e também durante a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) como questão comprometedora sobre a energia deve ser examinada de perto à luz das teorias da securitização e da dessecuritização.

Enquadramento Teórico: Securitização e Dessecuritização da Alsácia-Lorena e das Questões de Chipre

O conceito de segurança foi redefinido por B. Buzan, como um dos membros fundadores da Escola de Estudos de Segurança de Copenhaga nos anos 90. Segundo a escola de pensamento, a "segurança" não é considerada uma consequência direta da ameaça, mas sim definida como o resultado da interpretação política da ameaça, um processo chamado securitização. Os autores desta escola apontam a necessidade de construir uma concetualização da segurança que signifique algo muito mais específico do que qualquer ameaça ou problema. Portanto, a segurança é definida como uma reação não linear à ameaça. Após o trabalho seminal de Barry Buzan, Ole Wæver, e Jaap de Wilde (1998), intitulado "Segurança": Um Novo Quadro de Análise", a própria teoria da securitização e os seus conceitos fundamentais foram enormemente estudados para criticar e assim desenvolver novas dimensões. A maioria dos estudos enfatiza basicamente o subdesenvolvimento da teoria da titularização e, assim, a fim de tornar a teoria da titularização mais explicativa das questões internacionais atuais, pelo que sugerem o desenvolvimento de conceitos básicos da teoria da titularização (Stritzel, 2007; Wæver, 2011 e 2015; Vuori, 2008; Balzacq, Léonardo & Ruzicka, 2015). Apesar dos esforços maciços e salientes para satisfazer o défice da teoria, este documento não pretende mergulhar na fraqueza ou força da mesma. Pensa-se que o pressuposto básico de como uma questão é securitizada proporcionaria um terreno adequado para compreender os casos da região da Alsácia-Lorena e a questão de Chipre.

O argumento central da teoria da securitização é que "é ao rotular algo como uma questão de segurança que se torna um" (Wæver, 2004: 13). Desta forma, cada questão ou assunto possível pode ser transformado numa questão de segurança e não haverá qualquer limitação. Para evitar essa securitização interminável, a teoria sugere três passos que estão a definir as ameaças, as ações necessárias emergentes e os efeitos nas relações entre as unidades (Taureck, 2006: 55). Relativamente ao primeiro passo, uma questão tem de ser explicada através das palavras-chave de segurança. As afirmações, incluindo estas palavras-chave de segurança, dão prioridade a uma dada questão e visam apresentar a importância vital da mesma. Este primeiro passo é na realidade chamado de um ato de discurso realizado por políticos ou por aqueles que são influentes no processo de tomada de decisão (Shipoli, 2018: 72). A função do ato da fala é sensibilizar para uma questão crítica que tem de ser tratada imediatamente e por meios extraordinários.

Para Buzan e Wæver (2003), para a securitização, é essencial um ato de discurso, "através do qual se constrói um entendimento intersubjetivo dentro de uma comunidade política para tratar algo como uma ameaça existencial a um objeto de referência valioso e para permitir um apelo a medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça" (491). Esta definição da teoria da securitização abre a porta a mais debates sobre se a segurança é objetiva (ameaças reais) ou (inter)-subjetiva (construída) (Balzacq, 2019;



Baele & Thomson, 2017; Stritzel, 2007), regimes democráticos e não democráticos (Vuori, 2008; Wæver, 2011), e o próprio conceito de segurança (Šulović, 2010; Aradau, 2018; Baele & Thomson, 2017).

Como este artigo não tem a intenção de testar a fraqueza e a força da teoria, mas sim de se concentrar no estudo de caso de securitização da exploração dos recursos energéticos entre a Alsácia-Lorena e as questões cipriotas, serão aplicados os pressupostos fundamentais da teoria em ambos os casos examinados no artigo. No processo de securitização, começando com o ato de discurso, tem de haver um securitizador e a audiência cuja aprovação é necessária. Uma vez alcançado o equilíbrio entre eles, então podem ser aplicadas medidas e políticas extraordinárias para lidar com uma questão securitizada. A aprovação pela audiência é também outra questão discutível na literatura da teoria da securitização como autoridade para agir e seguir uma certa política ainda está nas mãos de políticos ou oficiais militares que podem tentar eliminar o que é considerado uma ameaça existencial à segurança do Estado ou da sociedade (McDonald, 2008: 564; Roe, 2008: 632). Esta crítica da teoria da securitização enquadra-se realmente nas condições políticas durante as duas guerras mundiais, enquanto a França não era uma democracia de pleno direito e a Alemanha era governada por uma monarquia constitucional e depois por um regime fascista liderado por Adolf Hitler. Por conseguinte, o consentimento da audiência não parece imperativo para um processo de securitização bem-sucedido.

Além disso, os conceitos básicos de securitização (ato de discurso, securitizador e audiência), o contexto (McDonald, 2008: 564) ou enquadramento (Shipoli, 2018: 76) em que um ato de discurso de securitização é proferido é também bastante significativo para o processo de securitização. Tanto McDonald como Shipoli enfatizaram, em obras separadas, o significado das condições e do *momentum* a partir dos quais o processo de securitização faz muito mais sentido sem mencionar o objeto de referência juntamente com a palavra de segurança. Em ambos os casos em que o trabalho se concentra, tem havido um simbolismo histórico, social e cultural que reforça o processo de securitização. Assim, o contexto ou o enquadramento podem ser fatores facilitadores para se chegar a um consenso entre um securitizador e uma audiência. Concordando com os seus críticos, é melhor descrever o contexto em que ambos os casos foram securitizados. Desta forma, um ato de discurso empregado por um securitizador faria mais sentido do processo de securitização.

Contextos de Securitização da Alsácia-Lorena e a Questão de Chipre

A necessidade de manter o abastecimento de carvão (uma fonte de energia primária) tinha figurado em ambas as guerras mundiais. Para além do abastecimento energético, o carvão tornou-se uma questão muito política. Até meados dos anos 50, o carvão ainda era o principal combustível do mundo, mas depois deste tempo o petróleo e o gás rapidamente tomaram o seu lugar. Tem-se argumentado que a energia é a chave "para o avanço da civilização", que a evolução da capacidade humana está dependente da conversão da energia para uso humano. Por conseguinte, a energia desempenha um papel fundamental na formação das relações de estado.



A capacidade de um país aceder ao abastecimento energético e a forma como utiliza essa energia determina o estado da sua economia, sociedade e segurança nacional. O mecanismo de produção de um país, os assuntos internacionais e o estilo de vida são todos determinados pelos combustíveis fósseis. A energia que é tão importante para os países causa inevitavelmente problemas. No direito internacional, muitas fronteiras foram delimitadas através de tratados; contudo, após a descoberta de novas fontes de energia mais próximas da fronteira, essa fronteira torna-se disputada. Por outro lado, os Estados têm o direito de extrair recursos dentro dos seus territórios. Contudo, quando uma bacia de recursos se estende através das fronteiras de vários países, torna-se difícil para um único país afirmar a sua soberania sobre o campo (Yergin, 2006).

Tomando a teoria como ponto de partida, a necessidade de encontrar, assegurar e diversificar o abastecimento energético tem sido interpretada como uma preocupação de segurança para os atores ou entidades que vêem a segurança energética como os seus interesses nacionais. Ao termos um quadro crítico sucinto para análise, estamos mais aptos a compreender as ações, reações e necessidades dos Estados que consideram a sua segurança energética ameaçada. Utilizando casos da Alsácia-Lorena e de Chipre, descobriu-se que certas regiões onde os recursos naturais enterrados por baixo têm sido uma parte significativa dos interesses nacionais. Para assegurar os interesses nacionais, independentemente de serem construídos por audiências ou securitizadores, os atores internacionais determinam uma política para lidar com quaisquer questões. A importância de qualquer possível questão no âmbito da segurança nacional revela o nível de securitização da questão. Os recursos naturais têm sido vitais para a sobrevivência e o desenvolvimento de um país. É por isso que o carvão e o minério de ferro na Alsácia-Lorena foram submetidos à grande luta entre a França e a Alemanha. Confiando nas semelhanças entre a região da Alsácia-Lorena e a Ilha de Chipre, este documento argumentaria que a questão cipriota tem um potencial significativo para ser submetida a uma grande luta através da securitização. Como os alemães e franceses securitizaram a questão do controlo sobre os recursos naturais, a Grécia e a Turquia parecem considerar a questão de Chipre como uma questão de segurança através da securitização dos recursos energéticos nos offshores da ilha. Nestas circunstâncias, a securitização dos recursos energéticos abre uma nova janela para compreender as relações entre a Grécia e a Turquia em relação aos recursos energéticos na ilha de Chipre.

Securitização dos Securitizadores da Alsácia-Lorena e da Questão de Chipre através da Lei do Discurso

O caso Alsácia-Lorena

Os atores securitários, para a Escola de Copenhaga, não estão limitados aos políticos, mas incluem intelectuais e oficiais e atores internacionais (Stritzel, 2007). Nesta secção do documento, deveria ter havido pesquisa de arquivo para obtenção de documentos e declarações, tanto franceses como alemães. Embora a extensão do artigo seja limitada, os recursos secundários que descrevem a compreensão e as declarações dos atores de securitização parecem adequados. Para começar,



"Já no Outono de 1914, os membros do governo francês definiam os objetivos de guerra como a destruição do poder industrial alemão através da ocupação e mesmo anexação das regiões carboníferas da Renânia. O Sarre seria adequado para a anexação, enquanto a região do baixo Reno do Ruhr seria colocada sob proteção internacional administrada pela França, com tropas presentes se necessário. A França poderia de uma só vez destruir a hegemonia económica e militar da Alemanha, enquanto se restabeleceria como a maior potência continental. Um ministro francês chegou mesmo a sugerir a remoção da população do Palatinado, que odeia a França, de modo a criar uma vasta área de expansão para a raça latina" (Henze, 2005).³

Um historiador proeminente, Georges-Henri Soutou, que assumiu várias posições oficiais no governo francês, sugeriu que, na Primeira Guerra Mundial, o principal objetivo da França era destruir a capacidade industrial da Alemanha para ganhar a guerra e sublinhou também o significado dos recursos de carvão e minério de ferro da Alsácia-Lorena para as indústrias pesadas. Desta forma, as capacidades económicas e militares dos alemães seriam eliminadas. Esta declaração e o objetivo do documento não implicam que a Primeira Guerra Mundial tenha sido desencadeada por causa da luta pelos recursos energéticos, mas ter, manter e controlar os recursos energéticos tem sido uma grande sobrevivência numa ordem mundial anárquica para proteger os interesses nacionais. No lado alemão, Baron von Kiihlmann, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, afirmou no Reichstag, 9 de outubro de 1917:

"Após uma investigação muito aprofundada de toda a situação, segundo informações provenientes das mais diversas fontes, estou convencido de que a grande questão em torno da qual a luta das nações se centra, e pela qual estão a derramar o seu sangue, não é, em primeira instância, a questão belga. A questão em torno da qual a Europa se está a transformar cada vez mais num monte de ruínas é a questão do futuro da Alsácia-Lorena" (Hazen, 1919: 154).

No início da Primeira Guerra Mundial, o nível de securitização da Alsácia-Lorena contendo carvão e minérios de ferro, que eram primordiais para a economia, o exército e a indústria, foi também considerado vital devido ao facto de Baron von Kiihlmann, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, ter feito corresponder as lutas políticas e militares entre as potências europeias com a questão da Alsácia-Lorena. As palavras-chave na sua declaração de "fontes mais diversas" e "a luta das nações" indicam o nível de securitização dos recursos energéticos na região e, assim, os alemães estavam prontos a dispor de tudo o que tinham para conseguir o controlo da região ou impedir que qualquer outro Estado europeu controlasse a região. Karl Marx também articula outro ato de discurso securitizador dizendo que "Se a Alsácia e a Lorena forem tomadas, então a França fará mais tarde uma guerra contra a Alemanha em conjunto com a Rússia. É

³ <https://mandalaprojects.com/ice/ice-cases/saar.htm>.



desnecessário entrar nas consequências profanas" (Marx, 2019:862). A sua expectativa de que a França entrasse em guerra contra a Alemanha, alinhada com outra potência europeia (Rússia), indica que a securitização dos recursos energéticos não foi restringida com os dois Estados rivais (França e Alemanha), mas também inclui outros Estados europeus.

A procura de controlo sobre os recursos energéticos entre as duas guerras mundiais foi securitizada por quase todos os estados envolvidos nas guerras. Através de atos de discurso, cada um deles salientou a importância da Alsácia-Lorena, se não a única razão, mas um dos fatores significativos que foram críticos para determinar os resultados das guerras. A este nível de titularização, como a teoria sugere, todas as normas democráticas poderiam ser deixadas para trás e tomadas medidas extraordinárias para alcançar o controlo do objeto de referência, neste caso, os recursos energéticos. Os movimentos de securitização para obter o que os estados queriam durante as guerras podem ser listados em demasiadas páginas, mas as próprias guerras mostram o nível de securitização.

O caso de Chipre

Como explicado acima, a dimensão energética da questão cipriota tem estado na agenda das partes desde o início dos anos 2000. Desde que a ilha conquistou a independência do Reino Unido e emergiu como um Estado separado como a República de Chipre, o estatuto de garante da Grécia e da Turquia deu-lhes o direito de dizer algo a nível nacional e internacional. Tendo em conta que a Grécia e a Turquia estão direta ou indiretamente envolvidas na questão de Chipre, a questão energética não pode ser compreendida e analisada separadamente dos problemas crónicos da ilha. As disputas de soberania, que a Grécia e a Turquia reivindicaram historicamente tanto na ilha como no Mediterrâneo Oriental, assumiram uma nova dimensão com as descobertas de gás natural.

Embora a questão cipriota tenha muitas dimensões históricas, a data de 2011 - em que as partes começaram a discutir em voz alta com a descoberta do gás natural - é tomada para fazer uma comparação saudável com a região da Alsácia-Lorena. Isto porque, em ambos, as discordâncias sobre as fontes de energia têm sido centradas no conflito. Enquanto franceses e alemães atuavam na Alsácia-Lorena, hoje em dia turcos e gregos fizeram da energia um assunto de soberania, por outras palavras, um objeto de referência de acordo com a teoria da securitização. Por sua vez, isto traz dificuldades na resolução da questão e a tensão está a aumentar. Devido à recente descoberta de zonas costeiras de gás natural da ilha de Chipre, a importância geopolítica e económica de Chipre está a mudar radicalmente e isto tem um impacto inevitável tanto no potencial de conflito como nos termos da sua resolução. Por outras palavras, a recente descoberta de gás natural pode aprofundar o conflito ou pode fazer com que as partes se empenhem na cooperação.

Tais descobertas maciças no Mediterrâneo Oriental despertaram o apetite dos cipriotas gregos para a procura de recursos energéticos na sua zona económica. Assim, decidiu juntar-se a estas atividades de exploração. Neste primeiro período, embora tenham negociado com muitas empresas energéticas sediadas nos EUA, não conseguiram iniciar



atividades de exploração em resultado da pressão da Turquia até à segunda metade da primeira década do século XXI. O Chipre grego pôde mais tarde assinar um acordo com o Egito, Líbano e Israel, relativo à Zona Económica Exclusiva (ZEE). A Turquia alega que Chipre obteve interesses injustos ao ignorar as regras básicas do direito marítimo através de acordos bilaterais. Chipre assinou pela primeira vez um acordo para a delimitação da ZEE com o Egito a 17 de fevereiro de 2003 e comunicou as coordenadas da região acordada à ONU. A Turquia declarou que o acordo assinado entre Chipre e o Egito não foi feito com a participação de todos os países limítrofes do Mediterrâneo Oriental, que não seria apropriado que o Egito celebrasse um acordo de delimitação da ZEE com Chipre sem um acordo de limitação com a Turquia com base na linha do meio, e que não aceitou o desrespeito da TRNC (Yaycı, 2012). Apesar das objeções da Turquia a estes acordos, Chipre declarou imediatamente 13 locais de licença de exploração petrolífera no Mediterrâneo Oriental em 2007 para exploração de recursos de hidrocarbonetos. Contudo, 8 destes 13 sítios anunciados coincidem com o TRNC e 5 com a plataforma continental turca.

Desta forma, delinearão as parcelas no Mediterrâneo Oriental, de modo a controlarem todos os recursos energéticos no offshore da ilha. A assinatura unilateral de contratos com companhias petrolíferas e de perfuração internacionais pela República de Chipre é reagida pela Turquia com a assinatura de um "acordo de limitação da Plataforma Continental" com a TRNC a 21 de setembro de 2011, e a concessão de licenças de exploração à TPAO (Turkish Petroleum Corporation) na sua própria região económica no Mediterrâneo Oriental e no norte e leste do norte de Chipre (Karakasis, 2017: 11). Por acordo no caso de a reserva de hidrocarbonetos ser encontrada na região, será partilhada entre a Turquia e o TRNC.

O início do ponto de titularização começa aqui, uma vez que a Zona Económica Exclusiva é uma extensão da soberania nacional. A violação da soberania do Estado, independentemente do continente ou do mar, é vista como um *modus operandi* que conduz ao conflito. O lado grego da ilha tem agido em nome de toda a ilha ao assinar acordos com as empresas internacionais e os outros Estados, excluindo assim a Turquia e a República Turca do Norte de Chipre (TRNC). Em resumo, o argumento do Chipre turco é que o lado grego não é o único representante de toda a ilha e a Turquia argumenta que algumas das parcelas em que as atividades de perfuração estão em funcionamento caem nas Zonas Económicas Exclusivas da Turquia, que se situa em torno do noroeste da ilha. Neste caso, o objeto de referência é o mesmo que o caso Alsácia-Lorena, recursos energéticos.

Os discursos mais recentes de ambas as partes, realizados pelos políticos e decisores, fornecem conotações de securitização nas suas declarações. Por exemplo, o Presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, articulou que "como fizemos os terroristas na Síria pagar, não deixaremos a cena aos bandidos do mar" (4 de novembro de 2018, The Guardian).⁴ Ele, ao construir semelhanças entre os terroristas na Síria e as companhias de perfuração e as iniciativas unilaterais gregas de Chipre, enfatiza a importância da partilha de recursos energéticos na região. O movimento de securitização da Turquia tem sido uma intervenção militar em operações terroristas na Síria, o que implica que a

⁴ <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/04/turkey-warns-oil-companies-against-drilling-near-cyprus>.



Turquia está pronta para o envolvimento militar no caso de qualquer movimento excluindo a Turquia ou o que é considerado como sobrevivência na região. Na mesma declaração, salientou também que não haveria resolução sem excluir a Turquia da dinâmica regional, dizendo que "Aqueles que pensavam poder tomar medidas no Mediterrâneo Oriental ou no Egeu, desafiando a Turquia, começaram agora a compreender o grande erro que estavam a cometer. É *absolutamente inaceitável* usurpar os recursos naturais do Mediterrâneo oriental, ao mesmo tempo que se exclui a Turquia e o TRNC" (4 de novembro de 2018, The Guardian). A este respeito, a política da Turquia sobre os recursos energéticos nos offshores da ilha indica o nível de securitização e a Turquia poderá assim tomar quaisquer precauções para manter intactos os seus interesses. Os movimentos de securitização da Turquia são autorreflexivos para a securitização dos recursos energéticos. A Turquia não só enviou os seus próprios dois navios de perfuração (chamados Fatih e Yavuz, que eram os sultões otomanos), como também foram acompanhados pelos navios de guerra, nomeados com Barbaros Hayrettin Pasha, que era um grande almirante no Império Otomano, para evitar possíveis interferências por parte de terceiros (Adamides & Christou, 2016: 90). Inclusive uma vez, um dos navios de guerra bloqueou Saipem 12000, que pertencia à Companhia Internacional Italiana de Perfuração (ENI), das parcelas que o Chipre grego declarou.⁵ Após a intervenção da Turquia, a empresa italiana suspendeu as suas atividades de perfuração; o Chipre grego assinou um acordo com a empresa americana ExxonMobil e a Qatar Petroleum. Após este acordo, os Estados Unidos levantaram o embargo de armas que tinham imposto a Chipre desde 1974. A Turquia argumenta que o levantamento do embargo teria um impacto negativo nos esforços para resolver a questão de Chipre. Tanto assim que o histórico "problema cipriota", que existia devido a disputas de longa data entre a Turquia e a Grécia e o Chipre grego, foi recarregado para se estender para além das fronteiras da ilha até uma grande área marítima. De facto, as consequências desta disputa afetaram diretamente outros atores regionais, tais como o Egipto, a Palestina, Israel, o Líbano e a Síria, que também estavam preocupados com os benefícios políticos de atores globais como a Rússia, a União Europeia (UE) e os Estados Unidos. Tal como a Alsácia-Lorena, as divergências sobre a Ilha de Chipre deixaram de ser um problema regional para se tornarem um problema global.

Por outro lado, o argumento da Grécia sobre a questão cipriota está na sua maioria associado às violações legais da Turquia e queixou-se principalmente da Turquia às organizações internacionais, especialmente à UE e à ONU e também à OTAN. Como objeto de referência permanece o mesmo, a titularização dos recursos energéticos pela Grécia e pelo lado grego de Chipre não parecia ser tão grande como a Turquia no início. Ao defenderem o direito internacional enquanto articulam os seus argumentos implica que consideraram a questão dentro do domínio político e que não sugeriram que tomariam medidas militares em relação à questão. Uma das declarações do lado grego, articuladas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grécia, criticou a Turquia por violar os direitos soberanos de Chipre, argumentando que "uma série de violações" contra a soberania e os direitos soberanos de Chipre, o direito internacional e o acervo europeu e está a desafiar os apelos da UE e da comunidade internacional para respeitar

⁵ <https://www.energy-reporters.com/opinion/turkeys-first-drilling-vessel-heads-to-mediterranean/>



os direitos de Chipre e desanuviar as tensões" (4 de outubro de 2019, Ekathimerini).⁶ No entanto, a partir do final da Grécia e da participação da República de Chipre em vários exercícios militares conjuntos com os Estados como Israel⁷ e Egito⁸ na região pode ser considerada como um movimento de securitização porque pode implicar e representar uma coligação regional contra a Turquia. Embora mais tarde do que a Turquia, a Grécia começou agora a articular opções militares. Neste contexto, a Grécia armou 18 ilhas no Mar Egeu desde o início de 2020, em violação dos Acordos de Lausanne e Paris. Os exercícios militares operacionais da Grécia e de Chipre com a França e a assinatura de acordos de defesa aérea poderiam ser considerados como uma operação de securitização. Do mesmo modo, o acordo francês de exercícios militares conjuntos com a Administração cipriota grega e a instalação de aviões militares na ilha em violação dos acordos de 1959-60 indicam que o problema está a caminhar para a internacionalização e a securitização dos recursos energéticos aumentou pelos lados gregos, como no caso dos lados turcos.

Em geral, a questão de Chipre já está securitizada pela Turquia e pela Grécia. Para não cair na armadilha do anacronismo, é preciso admitir que as condições sociopolíticas dos períodos de tempo em que a Alsácia-Lorena foi securitizada e dois grandes rivais acabaram com duas grandes guerras subsequentes na história mundial. No equivalente a isto no caso de Chipre, movimentos extraordinários que estão acima da política não foram muito prováveis devido a esse lado grego - não securitizaram totalmente a questão antes. Contudo, a securitização de uma emissão por um lado, os recursos energéticos, neste caso, poderiam acelerar o processo de securitização do objeto de referência pelo lado rival. Em termos práticos, a Turquia parece convencida a tomar medidas militares para proteger as suas reivindicações de soberania, com os últimos desenvolvimentos a Grécia e o Chipre grego começaram a seguir o mesmo caminho. A fim de evitar possíveis conflitos futuros sobre os recursos energéticos, é urgentemente necessário um processo de dessecuritização. Após guerras dramaticamente destrutivas, a França e a Alemanha concordaram em partilhar os recursos energéticos nos seus benefícios comuns em vez de lutarem pelo controlo total sobre os mesmos. Por outras palavras, a securitização e a dessecuritização do caso Alsácia-Lorena para os recursos energéticos apresentam tanto potenciais de conflito como de cooperação, respetivamente.

Dessecuritização da Alsácia-Lorena e suas implicações para o caso do Chipre

Ole Wæver (1993: 53-54) trouxe a securitização e o processo de securitização para a luz através do fornecimento de quatro estudos de caso e sugeriu que, para a dessecuritização, as questões de segurança deveriam ser "normalizadas" por políticos e intelectuais através do ato de discurso. Tal como no processo de securitização, o ato da fala não é apenas palavra, mas conota a importância vital dos objetos de referência, no processo de dessecuritização, o ato da fala pode ser instrumentalizado para reduzir as tensões sobre uma questão específica. Desta forma, a questão da securitização é

⁶ <http://www.ekathimerini.com/245180/article/ekathimerini/news/greece-turkeys-drilling-plan-in-cyprus-eez-contrary-to-any-notion-of-legality>

⁷ <https://www.jpost.com/Israel-News/Israel-Air-Force-in-Greece-as-part-of-Iniohos-2019-585993>

⁸ <https://www.israeldefense.co.il/en/node/38302>



nivelada ao domínio político. Isto significa que a resolução de uma dada questão não requer precauções extraordinárias e pode ser resolvida no âmbito de mecanismos democráticos. Por outras palavras, "a dessecuritização das relações políticas não só permite a colaboração, como também aumenta a probabilidade de que os desenvolvimentos relacionados com a energia reforcem o seu estatuto de dessecuritização... Eles [o hidrocarboneto e o petróleo] são também utilizados como instrumentos políticos para reforçar a influência política externa e fortalecer a posição política do Estado face aos adversários, quer através da formação de relações de dependência, quer através da formação de alianças" (Adamides e Christou, 2016: 87).

No caso da Alsácia-Lorena, há três pontos marcantes que têm de ser tidos em conta. É o facto, o primeiro, de a securitização ter levado a Europa a uma devastação maciça e depois a destituição ter sido seguida. É porque as grandes potências rivais, França e Alemanha, se desfizeram de todo o seu poder na guerra. Por conseguinte, era imperativo concordar com a cooperação em termos de partilha de recursos energéticos. Em segundo lugar, havia poder externo que obrigava à cooperação em troca de ajuda externa, apoios políticos e económicos, os EUA. Em terceiro lugar, os intelectuais e os políticos estão a encorajar a cooperação em vez de políticas revanchistas entre os dois rivais.

Em associação com o primeiro ponto, quase todas as potências europeias destruíram as infraestruturas dos seus rivais, que tiveram de ser reconstruídas. Para isso, todas elas precisavam de recursos energéticos para processar matérias-primas como o ferro e o aço. A este respeito, uma parte razoável dos recursos naturais era essencial para que todas as partes revitalizassem as suas próprias infraestruturas e indústrias. O segundo ponto é sobre fatores externos. Os EUA precisavam de uma Europa revitalizada como mercado para as exportações americanas, e a segurança continental europeia era também primordial para o sistema internacional do pós-guerra contra a União Soviética. Era também bastante importante para a França e para a Alemanha receber ajuda externa ao abrigo do Plano Marshall, iniciado em 1948 pelos Estados Unidos (Petzina, Stolper & Hudson, 1981). Quanto ao terceiro ponto, tentativas de intelectuais e políticos para convencerem ambos os rivais de que o seu interesse nacional estava estabelecido na partilha das minas e dos recursos energéticos. Por exemplo, o governo francês superou a oposição dos revanchistas e propôs o que é conhecido como a Declaração Schuman a 9 de maio de 1950. A Declaração foi proposta pelo ministro francês dos Negócios Estrangeiros Robert Schuman, com base num plano desenvolvido pelo ministro francês do planeamento da reconstrução Jean Monnet. O próprio Robert Schuman era originário do território disputado da Alsácia-Lorena. Combateu no exército alemão em 1914-18, teve o alemão como primeira língua e tornou-se cidadão francês em 1919. O seu plano ofereceu uma resposta específica à luta pelo controlo do carvão e do ferro: a formação de uma comissão supranacional para regular o comércio dos dois recursos vitais para a guerra. Além disso, o aço foi o principal elemento na reconstrução económica do pós-guerra dos Estados (necessário para os caminhos-de-ferro, edifícios, navios, veículos, maquinaria, etc.). Estes três pontos ajudaram a pôr fim a uma luta entre a Alemanha e a França sobre a Alsácia-Lorena e a ser os garantes da estabilidade e prosperidade na Europa.



À luz de todos estes desenvolvimentos do pós-guerra, o plano de Robert Schuman para a organização abrangente da "totalidade das produções franco-alemãs de carvão e aço sob uma Alta Autoridade comum" levou à criação da CECA. Foi formalmente estabelecida em 1951 pelo Tratado de Paris, assinado pela Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha Ocidental (Spierenburg & Poidevin, 1993). Através desta CECA, o desenvolvimento e comércio de carvão e ferro/aço seria determinado pelo mercado e não pelos interesses nacionais (Gillingham, 1991). Isto aumentaria a eficiência de uma indústria vital para a reconstrução da Europa, ao mesmo tempo que aliviaria as tensões criadas pela concorrência para o controlo dos recursos. O precedente da CECA pode ser considerado como um exemplo de como a cooperação prática no domínio da energia pode abordar as necessidades mútuas, bem como o reforço da confiança e do comércio entre Estados vizinhos (mesmo adversários) (Hassan & Duncan, 1994).

A CECA foi o resultado de uma reflexão prática sobre a forma de alcançar a segurança através da cooperação económica. A transformação nas relações franco-alemãs do conflito sobre recursos naturais para o comércio cooperativo de carvão e aço reflete uma transformação paralela na forma como os recursos naturais eram vistos. A partilha dos recursos naturais como causa da guerra foi substituída pela segurança do comércio interdependente destes recursos. Enquanto uma das principais causas de ambas as guerras mundiais foi um conflito entre a França e a Alemanha sobre a Alsácia-Lorena, a solução reside na resolução da questão do controlo dos recursos naturais. A CECA foi assim o primeiro passo para um novo mundo.

A experiência dos franceses e alemães, particularmente no caso Alsácia-Lorena, não pode fornecer respostas diretas ou um plano exato para a resolução ou prevenção de conflitos futuros, mas permite compreender o que a securitização dos recursos energéticos causou e como se poderia conseguir a sua dessecuritização, evidentemente, sem lançar uma guerra.

Observações finais e conclusão

Os objetivos fundamentais do artigo são os de conter desde o primeiro ponto que é considerado o motivo do processo de dessecuritização dos recursos energéticos na Alsácia-Lorena e de destacar os outros dois pontos para a dessecuritização dos recursos energéticos na questão cipriota. Tal como no caso da Alsácia-Lorena, as disputas sobre recursos energéticos entre dois rivais reuniram terceiros envolvidos na guerra, de acordo com os seus interesses nacionais. Desta forma, foram estabelecidas alianças e, por conseguinte, revelaram-se guerras a nível mundial. O caso de Chipre assemelha-se ao caso da Alsácia-Lorena porque ambos os atores, Grécia e Turquia, estão em vias de fazer aliados para a utilização e distribuição de recursos energéticos no Mar Mediterrâneo Oriental. Desta forma, um possível conflito entre os dois atores principais pode prolongar-se e causar pelo menos um conflito a nível regional, se não global.

O segundo ponto do caso Alsácia-Lorena, o reforço do poder externo a incluir, parece crucial para o processo de dessecuritização. As relações de poder entre o poder externo, encorajando um acordo entre os dois rivais, é bastante prejudicial. Desta forma, surgiu uma ideia de cooperação transnacional, o que deu origem à CECA. Tal tentativa foi efetivamente tentada pelo lado turco, mas a proposta foi rejeitada pelo lado grego. No



entanto, a proposta não pode ser considerada como tendo sido feita por força externa, porque aqueles que a propuseram faziam efetivamente parte da questão. A UE deveria ser a primeira a vir à mente, mas a Grécia e a República de Chipre, que representa toda a ilha, são membros de pleno direito da organização e a Turquia ainda está em processo de ajustamento como candidato. O possível papel da UE como potência externa forçando duas partes a fazer um acordo de partilha de recursos energéticos poderá ser possível no caso de a Turquia ser concedida com plena adesão. Caso contrário, a securitização dos recursos energéticos em torno da ilha transcende as fronteiras e pode transformar-se na rivalidade entre a UE e a Turquia. Com base nos recentes desenvolvimentos, existe outra opção relativamente ao envolvimento de terceiros em possíveis conflitos como mediador externo, a OTAN. Tanto a Grécia como a Turquia serem o parceiro igual desta organização internacional pode conduzir a um caminho de compromisso, e parece funcionar melhor do que a UE, na qual a Grécia e a Turquia têm um estatuto diferente.

Para o último ponto, o facto de haver políticos e intelectuais, facilitando o nível de segurança da questão energética em Chipre entre os dois lados, é outra ausência para o processo de dessecuritização. Especialmente no lado turco, os direitos de soberania são tomados como linhas vermelhas e não se abrem para discussão, uma vez que estão na sua maioria associados à integridade territorial nacional. O lado grego, incluindo a Grécia e o Chipre grego, desenvolveu uma aliança regional com o Egipto e Israel e obteve agora privilégios militares dos Estados Unidos e da França. Se se argumentar que os políticos e intelectuais poderiam ter uma oportunidade de levantar a voz só é possível após uma guerra destrutiva, este terceiro ponto poderia ter sido inválido. Contudo, a fim de evitar uma guerra tão destrutiva, os políticos e intelectuais que normalizem a questão e a levem de volta ao domínio político (Zikos, Sorman, & Lau, 2015: 311) devem tomar o terreno e ser influentes no processo de tomada de decisões. Isso seriam lições exatas a retirar do caso Alsácia-Lorena para a questão de Chipre.

Referências bibliográficas

- Adamides, C. & Christou, O. (2016). Can Resolving Cyprus Hold the Key to Regional Energy Cooperation?. *Turkish Policy Quarterly*. 15(2): 87.
- Aradau, C. (2018). From Securitization Theory to Critical Approaches to (in) Security. *European Journal of International Security*. 3(3): 300-305.
- Baele, S. J., & Thomson, C. P. (2017). An Experimental Agenda for Securitization Theory. *International Studies Review*. 19(4): 646-666.
- Balzacq, T., Léonard, S., & Ruzicka, J. (2016). 'Securitization' Revisited: Theory and Cases. *International Relations*. 30(4): 494-531.
- Balzacq, T. (2019). Securitization Theory: Past, Present, and Future. *Polity*, 51(2): 331-348.
- Brubaker, R. (2010). Immigration, Citizenship, and the Nation-State in France and Germany: A Comparative Historical Analysis. *International Sociology* 5(4).
- Buzan, B. and O. Wæver. (2003). *Regions and Powers: A Guide to the Global Security Order*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Buzan, B., O. Wæver and J.d. Wilde. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner.
- Erkem, P. (2016). Ethnic Nationalism and Consociational Democracy in Cyprus. *BUJJS*. 9(2): 99-115.
- Garloch, LA. (1946). Alsace-Lorraine: A Border Problem. *Journal of Geography*. 45(7): 268-279.
- Gillingham, J. (1991). Jean Monnet and the European Coal and Steel Community: A Preliminary Appraisal. In *Jean Monnet* (pp. 129-162). Palgrave Macmillan, New York.
- Glenn, HP. (1974). The Local Law of Alsace-Lorraine: A Half Century of Survival. *The International and Comparative Law Quarterly*. 23(4): 769-790.
- Hassan, J. A., & Duncan, A. (1994). Integrating Energy: The Problems of Developing an Energy Policy in the European Communities, 1945-1980. *Journal of European Economic History*, 23(1): 159.
- Hazen, CD. (1919). Review of Alsace-Lorraine: Past, Present, and Future. by Coleman Phillipson. *Political Science Quarterly*. 34(1): 151-156.
- Henze, S (2005). France, Germany and the Struggle for the War-making Natural Resources of the Rhineland. *Inventory of Conflict and Environment (ICE)*, Template[online]. 158, 2005. [10 de agosto de 2019]. Disponível em <https://mandalaprojects.com/ice/ice-cases/saar.htm>.
- Karakasis, V. P. (2017). The Impact of "Policy Paradigms" on Energy Security Issues in Protracted Conflict Environments: The Case of Cyprus. *SocioEconomic Challenges*.1(2): 5-18.
- Kızılyürek, N. (2002). Modernity, Nationalism and the Perspectives of a Cypriot Union. *Cahiers d'Études sur la Méditerranée Orientale et le monde Turco-Iranien*. 34: 211-232.
- Marx, K. (2019). *Political Writings*. Verso.
- McDonald, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*. 14(4): 563-587.
- Petzina, D., Stolper, W. F., & Hudson, M. (1981). The Origin of the European Coal and Steel Community: Economic Forces and Political Interests. *Journal of Institutional and Theoretical Economics* (H. 3): 450-468.
- Roe, P. (2008). Actor, Audience (s) and Emergency Measures: Securitization and the UK's Decision to Invade Iraq. *Security Dialogue*. 39(6): 615-635.
- Shipoli, E. A. (2018). *The Securitization Theory. in Islam, Securitization, and US Foreign Policy*. Washington: Palgrave.
- Soysal, M. (2004). The Future of Turkish Foreign Policy. in L. Martin and D. Keridis (eds), *The Future of Turkish Foreign Policy*, pp.38-46. Cambridge: MIT Press.
- Spierenburg, D. & Poidevin, R. (1993). *The History of the High Authority of the European Coal and Steel Community*. Weidenfeld & N.



- Stritzel, H. (2007). Towards A Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. *European journal of international relations*.13(3): 357-383.
- Šulović, V. (2010). *Meaning of Security and Theory of Securitization*. Belgrade: Belgrade Centre for Security Policy. 1-7.
- Taureck, R. (2006). Securitization Theory and Securitization Studies. *Journal of International relations and Development*. 9(1): 53-61.
- Özekin M. K. (2020). Changing Energy Geopolitics in the Eastern Mediterranean and Turkey. *Güvenlik Stratejileri Dergisi*. 16(33): 1-51.
- Vuori, J. A. (2008). Illocutionary Logic and Strands of Securitization: Applying the Theory of Securitization to the Study of Non-Democratic Political Orders. *European Journal of International Relations*. 14(1): 65-99.
- Wæver, O. (2011). Politics, Security, Theory. *Security Dialogue*. 42(4-5): 465-480.
- Wæver, O. (2004) *Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New Schools in Security Theory and Their Origins between Core and Periphery*, Montreal: ISA Conference.
- Wæver, O. (2015). The Theory Act: Responsibility and Exactitude as Seen from Securitization, *International Relations*. 29(1): 121-35.
- Yaycı, C. (2012) "Doğu Akdeniz'de Deniz Yetki Alanlarının Paylaşılması Sorunu ve Türkiye", *Bilge Strateji Dergisi*, 4 (6): 1-70.
- Yalçın, R. (2018). The Cyprus Dispute: What is the Cause for an Unachievable Reunification? *Avrasya Etüdleri*.53 (1): 39-61.
- Yergin, D. (2006). Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*. 85(2): 69-82.
- Zikos, D., Sorman, A. H., & Lau, M. (2015). Beyond Water Security: Asecuritisation and Identity in Cyprus. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 15(3): 309-326.